

As previsões

de Delfim para 82

A reativação da economia será administrada de tal forma, em 1982, que a expansão do PIB — Produto Interno Bruto — não deverá ultrapassar a casa dos 5%. Com isso, o ministro Delfim Neto, do Planejamento, espera evitar reflexos negativos, na economia, em 1983, semelhantes aos provocados em 1981 pelo crescimento de 8% — considerado excessivo — do PIB em 1980.

Na série de previsões que fez ontem sobre o comportamento da economia no próximo ano, Delfim Neto disse que não serão feitos novos investimentos por parte da indústria, que deverá limitar-se a ocupar a capacidade ociosa existente. Com isso, o crescimento industrial poderá ficar em torno de 5%, a mesma taxa de expansão que ele prevê para o setor de serviços, que deverá ser impulsionado principalmente pelos transportes.

As importações globais deverão crescer entre 8 e 9%, disse o ministro, que chamou a atenção para o seguinte: as importações de petróleo respondem pela metade do total e não deverão aumentar em 1982; as importações do governo, responsáveis pela quarta parte do total, deverão crescer entre 8 e 9%; e o setor privado, responsável pela outra quarta parte, poderá expandir as importações entre 12 e 15%. Tudo isso, segundo Delfim Neto, significa que o crescimento esperado de 4 a 5% do PIB será obtido sem pressões adicionais sobre o balanço de pagamentos.

O ministro previu também crescimento negativo do PIB, este ano, ou então um percentual próximo do zero. Essa "freada" ocorreu por causa das restrições externas provocadas pelas altas taxas de juros e para compensar o crescimento de 8% do PIB, em 1980. Ele respondeu às críticas ao "expansionismo" do orçamento monetário de 1982, afirmando que a meta de 50% fixada para a expansão da emissão primária de moeda e dos meios de pagamento resultou de cálculos, e não de "um estudo aleatório".

Construção civil

Um dos grandes trunfos com que o ministro conta para 1982 são os investimentos no setor de construção civil, que terá cerca de Cr\$ 1

A economia do País no ano que vem, segundo previsões de quem, afinal, tem de fazer tudo para acertar: o ministro do Planejamento.



trilhão, destinados principalmente à construção de "casas populares" e ao saneamento básico. Desse total, Cr\$ 400 bilhões provirão do orçamento do Banco Nacional da Habitação (BNH). O ministro apontou como principal vantagem desses investimentos os reflexos que eles terão na reativação de indústrias periféricas, fornecedoras de matérias-primas.

Estatais

Os investimentos das empresas estatais em 1982 terão crescimento positivo, acima da taxa da inflação, que será compatível com a meta de expandir o PIB 4 ou 5%. Delfim confirmou que os dispêndios globais das estatais passarão dos Cr\$ 16 trilhões em 82. A divulgação desses investimentos só está dependendo da aprovação presidencial do orçamento do Sinpas — Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — aprovação esperada para hoje. Há aí um problema não resolvido com o ministro Jair Soares, da Previdência Social,

que pretende Cr\$ 3,1 trilhões o Sinpas, mais do dobro dos destinados à Previdência.

Delfim Neto justificou os elevados gastos das estatais em argumentando que isso responde ao aumento dos salários e dos encargos financeiros assumidos pelas empresas em função das dívidas interna e externa. O ministro assinalou que o programa de investimentos só considerará os projetos em execução.

Mesmo assim, admitiu que certas empresas serão autorizadas a tomarem empréstimos externos "para ajudar no seu programa de investimentos". A regra, no entanto, disse Delfim, é tomar emprestado apenas o suficiente para girar a dívida externa. Entre as empresas que deverão tomar esses empréstimos estão a Eletrobrás, que deve cerca de 6 bilhões de dólares, e a Nuclebrás, que já conseguiu 300 milhões de dólares de bancos alemães.

Outra vantagem vista por Delfim é que os investimentos no setor podem ser regionalizados, permitindo que os recursos sejam canalizados para regiões onde o desemprego é mais grave. Perguntaram se investimentos como esses, que atendem a critérios políticos, não poderiam ser distorcidos, de forma que sua rentabilidade fosse reduzida. "O Brasil tem tantos problemas" — respondeu — "que seria possível atender simultaneamente aos dois setores, o de investimentos de natureza social e o político, sem que isso represente qualquer prejuízo ao País".

Desemprego

De qualquer forma, a grande injeção de recursos na construção civil não deverá permitir a absorção de operários especializados desempregados, pelo simples motivo, na opinião do ministro, de que um torneiro dificilmente aceitaria trabalhar como servente numa obra. Ele acha, por isso, que o problema do desemprego no ABC paulista continuará em 1982. Aliás, para ele, isso não é tão importante. Mais importante é que os recursos destinados à construção civil já estão assegurados através dos orçamentos do BNH e da Caixa Econômica Federal.